

Política

EDUCAÇÃO MUDANÇA IRÁ AFETAR REGRAS PARA OBTER O BENEFÍCIO E TAMBÉM OS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Câmara aprova novas regras para o Simube

Projeto de Ortiz Junior, que recebeu cinco emendas parlamentares, foi elaborado após fraude do ano passado, quando quatro alunos perderam a bolsa por irregularidades

TAUBATÉ

Da redação
@jornalovale

Com cinco emendas, a Câmara de Taubaté aprovou nessa quarta-feira, em sessão extraordinária, o projeto do prefeito Ortiz Junior (PSDB) que altera as regras do Simube (Sistema Municipal de Bolsas de Estudo).

O texto recebeu 14 votos favoráveis e apenas um contrário, da vereadora Vivi da Rádio (PSC). As cinco emendas aprovadas foram apresentadas pela Comissão de Justiça. Três delas apenas corrigiram a redação do projeto.

Outra emenda estabelece que perderá o benefício o aluno que for reprovado em três ou mais disciplinas - o texto original estabelecia duas ou mais.

Por meio de emenda, também ficou definido que



Mudança. Projeto original recebeu cinco emendas dos vereadores

*4

Alunos tiveram as bolsas canceladas no ano passado após serem descobertas fraudes no processo do Simube.

excluem-se da renda bruta familiar os tributos obrigatórios, como INSS e imposto de renda, além do pagamento de pensão alimentícia.

As novas regras foram sugeridas após os casos de fraude registrados em 2017. O texto

foi elaborado após recomendações do Ministério Público, que também investigou o caso, em que quatro alunos tiveram as bolsas canceladas.

Uma das principais mudanças é justamente na regra que quase foi burlada em 2017. Atualmente, o aluno precisa ser residente e domiciliado em Taubaté nos últimos cinco anos. Pela alteração, terá que ser residente ou domiciliado. Isso beneficiará taubateanos que estudaram em outras cidades nos últimos anos.

Com relação à renda, a regra atual diz que a per capita familiar não pode superar dois salários mínimos. A proposta é que a renda familiar total não supere cinco salários - o MP sugeriu limitar a três salários.

Hoje não há exigência sobre o histórico escolar do aluno. Pela nova regra, ela terá que ter cursado o ensino médio na rede pública. Ou, caso tenha sido na particular, com pelo menos 50% de bolsa. ■

JUSTIÇA

TJ julga irregulares dois cargos do Legislativo

INCONSTITUCIONAL. O Tribunal de Justiça julgou procedente a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) em que a Procuradoria Geral de Justiça apontava irregularidades em dois cargos da Câmara de Taubaté.

O TJ concordou com os argumentos da PGJ, de que os dois cargos -- chefe da Escola Legislativa e diretor de comunicação - não poderiam ser preenchidos por livre nomeação. Por serem técnicos, deveriam ser ocupados por servidores admitidos via concurso público.

Os cargos foram criados no fim de 2016, durante reforma administrativa da Câmara. O de chefe da Escola Legislativa nunca chegou a ser preenchido. O de diretor de comunicação foi ocupado até o fim de junho de 2017 por Vavá Beraldo, que recebia salário de quase R\$ 12 mil - ele foi exonerado após liminar do TJ nesse caso.

A Câmara não irá recorrer. "O cargo de chefe da Escola Legislativa será extinto, e o de diretor de comunicação será transformado em função, preenchido por servidor efetivo e da carreira". ■

SESSÃO EXTRA

Abre aspas:

"[O Hospital Universitário] Não vai ser um hospital municipal, vamos continuar atendendo pacientes de todas as cidades".

Bilili de Angelis (PSDB).
Vereador em Taubaté



Enquete:

VOCÊ ACHA QUE A CÂMARA DE TAUBATÉ DEVERIA PUBLICAR OS RELATÓRIOS DE VIAGENS?

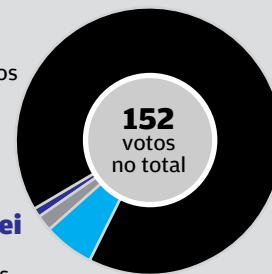
Resultado até às 18h10 de ontem, quando a enquete foi retirada do site do jornal. A enquete não tem valor estatístico.

Sim
91%
138 votos

Não sei
1%
2 votos

Não
6%
9 votos

Talvez
2%
3 votos



Deixe seu recado

Vereadores de S. José seguem sem retornar os contatos de **OVALE** para comentar sobre o reajuste de secretários. A reportagem está tentando falar com Maninho (PTB), Sergio Camargo (PSDB), Cyborg (PV) e Juvenil Silvério (PSDB) durante três dias

#Tamojunto

O vereador Lino Bispo (PR), mesmo contra o reajuste aos secretários de Felício, causando incomodo em parlamentares que também integram a base, compareceu ao lado do prefeito no evento de entrega da Via Oeste.

Lombada

O vereador Valmir do Parque Meia Lua (PSDC) afirmou na sessão de ontem que está sendo chamado de "Lombada" nas ruas do bairro. "Ninguém me chama mais pelo nome, só ficam gritando Lombada", disse o parlamentar.

Apelido

O apelido, segundo ele, é uma cobrança dos vereadores do Parque Meia Lua, seu reduto eleitoral, pela instalação de uma lombada no bairro. O vereador afirmou que o pedido já foi feito na Secretaria de Mobilidade Urbana e pede urgência.

Qual seu grupo?

Questionado em uma rádio sobre críticas nas redes sociais, o prefeito de Jacareí, Izaías Santana (PSDB) disse que tem o grupo dos "eternamente insatisfeitos", alguns por tentarem emprego em seu governo e não conseguirem.

Pouco inteligente

Mario Ortiz, ex-prefeito e ex-vereador de Taubaté, afirmou nas redes sociais que considera "pouco inteligente" a proposta do prefeito Ortiz Junior (PSDB) de retomar a partir de maio a administração do Hospital Universitário.

Retrocesso

"Se o Governo do Estado assumiu custeio, o que é raríssimo, retroceder é pouco inteligente", analisou Mario Ortiz, em resposta a uma postagem feita por um morador no Facebook.

Custeio

Para o ex-prefeito, o principal risco é o município não arcar com o custeio da unidade. "Mesmo que o estado assuma compromisso de mandar custeio mensal, por quanto tempo mandará? Se não mandar (como não seria inédito), sobra para o município arcar".

Exemplo

"Melhor seria fazer como em Mogi das Cruzes: construir (ou adaptar) mais um hospital municipal, com os leitos que possam faltar, exclusivamente para atender casos de média complexidade, voltado para o taubateano (de nascimento ou adoção)", sugeriu Mario Ortiz.

Sem entender

"Tenho achado boa a segunda gestão de Ortiz Jr. Mas essa [proposta], não dá pra entender", finalizou o ex-prefeito. O custeio do hospital deverá ser de R\$ 60 milhões ao ano.

sessaoextra.ovale.com.br